

RENALDO RODRIGUES JUNIOR
LUIZ FABRÍCIO BETIN CARNEIRO

O DIREITO ELEITORAL

NA ERA DA

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

E DOS

DEEPPFAKES



EDITORA **MIZUNO**

QUALIDADE E SERIEDADE EM LIVROS

O Direito Eleitoral na Era da Inteligência Artificial e dos Deepfakes

©Renaldo Rodrigues Junior, Luiz Fabrício Betin Carneiro

EDITORA MIZUNO 2026

Revisão: Daniele de Souza

Catálogo na publicação Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	
R696d	Rodrigues Junior, Renaldo O direito eleitoral na era da inteligência artificial e dos deepfakes / Renaldo Rodrigues Junior, Luiz Fabrício Betin Carneiro. – Leme-SP: Mizuno, 2026. 206 p.; 16 X 23 cm ISBN 978-85-7789-902-9 1. Direito eleitoral. 2. Inteligência artificial. I. Rodrigues Junior, Renaldo. II. Carneiro, Luiz Fabrício Betin. III. Título. CDD 342.8107
Índice para catálogo sistemático I. Direito eleitoral	

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade dos autores. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade dos autores.

O material disponibilizado on-line, incluindo links, QR-codes, vídeos, petições, entre outros, estará acessível durante a vigência da edição atual do livro, podendo ser retirado após esse período, sem aviso prévio.

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA MIZUNO

Rua Benedito Zacariotto, 172 - Parque Alto das Palmeiras, Leme - SP, 13614-460
Correspondência: Av. 29 de Agosto, nº 90, Caixa Postal 501 - Centro, Leme - SP, 13610-210
Fone/Fax: (0XX19) 3554-9820

Visite nosso site: www.editoramizuno.com.br
e-mail: atendimento@editoramizuno.com.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Sumário

APRESENTAÇÃO	9
O Direito Eleitoral na era da Inteligência Artificial e dos <i>Deepfakes</i>	
PREFÁCIO	11
A bússola jurídica na tempestade perfeita da desinformação	
INTRODUÇÃO	17

PART E I FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS SOB AMEAÇA

CAPÍTULO 1	
O voto como pilar do Estado Democrático de Direito	23
1.1 A soberania popular e o sufrágio universal na Constituição de 1988	24
1.2 A liberdade do voto: a necessidade de uma consciência livre e informada	28
1.3 A Inteligência Artificial como vetor de risco à autenticidade da vontade do eleitor	37
1.4 A exploração de vieses cognitivos: da persuasão legítima à manipulação comportamental	40
1.5 Exemplos práticos: a IA em ação nas eleições recentes	43
CAPÍTULO 2	
Direitos fundamentais em rota de colisão	49
2.1 Liberdade de expressão vs. direito à informação veraz: limites e ponderações na arena digital	52
2.1.1 A "Liberdade de Expressão" dos algoritmos: quem é o emissor da mensagem recomendada?	64

2.2 O direito à privacidade e a proteção de dados pessoais (art. 5º, X, XII e LXXIX, da CF/88)	66
2.3 O princípio da isonomia: a desigualdade de armas na guerra algorítmica	68
2.3.1 Assimetria informacional: o desequilíbrio entre campanhas "Data-Driven" e a fiscalização tradicional	71

PARTE II

O ARSENAL JURÍDICO ATUAL E SUAS LACUNAS

CAPÍTULO 3

A legislação eleitoral frente à revolução digital	75
3.1 O abuso de poder na Era da IA: reinterpretando o abuso de poder econômico e o uso indevido dos meios de comunicação social (LC n. 64/90)	78
3.1.1 O desafio da prova em mídias sociais e aplicativos de mensagens: a "caixa-preta" da viralização privada	82
3.2 Propaganda eleitoral: das formas tradicionais à impulsão por algoritmos	84
3.3 As Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) como resposta imediata: análise crítica	87
3.4 O rastro do dinheiro digital: desafios na prestação de contas e fiscalização de gastos com IA e dados	96
3.5 Estudos de Caso: ações judiciais sobre IA e desequilíbrio eleitoral	97

CAPÍTULO 4

Leis extravagantes e sua aplicação no cenário eleitoral	105
4.1 O Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965/2014) e a responsabilidade dos provedores	106
4.2 A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.709/2018): O Tratamento de Dados Pessoais por Partidos e Candidatos	107
4.2.1 O consentimento do titular e o legítimo interesse no jogo político	109
4.2.2 A governança de dados na prática eleitoral: a obrigatoriedade do Encarregado de Proteção de Dados (DPO) em partidos e campanhas	112
4.2.3 Desafios de implementação: Relatórios de Impacto (RIPD), políticas de privacidade e a gestão de requisições de titulares	114
4.2.4 A interface entre a ANPD e a Justiça Eleitoral	116
4.3 O Direito Penal e os crimes contra a honra potencializados por <i>deepfakes</i>	118
4.3.1 A pulverização da autoria e a responsabilidade penal em cascata	120

PARTE III

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E PROPOSTAS DE FUTURO

CAPÍTULO 5

O fenômeno <i>deepfake</i>: a morte da prova e a crise da verdade	125
5.1 A natureza jurídica do conteúdo sintético: entre a sátira e a fraude	126
5.2 O ônus da prova em ações de impugnação: como provar a falsidade em tempo hábil?	128
5.2.1 O "Dividendo do Mentiroso" (<i>Liar's Dividend</i>)	131
5.3 Soluções regulatórias: rotulagem obrigatória e "marcas d'água" digitais	133

CAPÍTULO 6

A regulação das plataformas digitais (<i>Big Techs</i>)	135
6.1 O papel das plataformas como editores ou meros intermediários	137
6.1.1 A economia da atenção como causa-raiz: como o modelo de negócios das plataformas incentiva a polarização	138
6.2 Transparência algorítmica: o direito do eleitor de saber por que vê o que vê	140
6.2.1 Transparência da propaganda paga vs. transparência do conteúdo orgânico	142
6.3 O dever de cuidado (<i>duty of care</i>) e a responsabilidade civil das plataformas	144
6.3.1 O "Quebra-Circuito" (<i>Circuit Breaker</i>)	147

CAPÍTULO 7

Caminhos para o futuro: propostas legislativas e institucionais	149
7.1 Propostas <i>de lege ferenda</i> : o que mudar na legislação brasileira?	154
7.2 O fortalecimento da justiça eleitoral: a necessidade de perícia técnica e cooperação internacional	157
7.2.1 Alianças Estratégicas	159
7.3 A literacia midiática e a educação digital como política de Estado	160

CAPÍTULO 8

Guia de <i>compliance</i> para campanhas digitais éticas e seguras	163
8.1 Checklist de conformidade à LGPD para comitês eleitorais	163
8.2 Boas práticas na contratação de ferramentas de IA e agências de marketing	165
8.3 Gestão de crise reputacional	167
8.4 Transparência ativa	168

CAPÍTULO 9	
Mapeamento de riscos e planejamento estratégico (fase pré-campanha)	171
9.1 Elaborando o Relatório de Impacto à Proteção de Dados (RIPD) para o uso de IA	174
9.2 <i>Due Diligence</i> na contratação de ferramentas e agências: cláusulas contratuais essenciais	177
9.3 Construindo a Política de Privacidade e os Termos de Uso do ecossistema digital da campanha	180
CAPÍTULO 10	
Guia de operações e boas práticas (fase de campanha)	183
10.1 Checklist de conformidade à LGPD para o dia a dia dos comitês	183
10.2 Protocolo de Gestão de Requisições de Titulares (Direitos dos Eleitores)	187
10.3 Transparência ativa: como comunicar o uso de IA e dados ao eleitorado	188
10.4 Plano de resposta a incidentes: o que fazer em caso de vazamento de dados ou ataque reputacional com <i>deepfakes</i>	190
CAPÍTULO 11	
Encerramento e pós-eleição	193
11.1 O descarte seguro de dados pessoais: procedimentos e evidências	194
11.2 A prestação de contas digital: declarando gastos com tecnologia e dados	195
11.3 Lições aprendidas: como transformar a experiência em ativo para futuros pleitos	196
CONCLUSÃO	199
REFERÊNCIAS	205